



## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Pregão Eletrônico nº 058/2025 – SRP**

**Objeto:** Aquisição de Saneantes Hospitalares

**Licitante Recorrida (1º colocada):** CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 35.310.607/0001-52

**Licitante Recorrente:** WELTEN COMERCIAL LTDA

---

### **I – DOS FATOS**

O pregoeiro considerou habilitada a empresa **CLEAN MED**, sob o entendimento de que o atestado apresentado — embora relativo a fornecimento de medicamentos — também menciona a expressão “**materiais correlatos e produtos para saúde**”, o que, segundo a decisão, seria suficiente para atender ao item 9.11 do edital.

Ocorre que tal interpretação **não encontra respaldo no edital, na legislação ou na jurisprudência dos órgãos de controle.**

O atestado anexado pela CLEAN MED **não menciona saneantes hospitalares**, nem produtos químicos, nem qualquer item compatível com o complexo técnico do Lote 01, que inclui:

- detergentes alcalinos concentrados,
- aditivos alcalinos,
- alvejantes hipoclorito 10%,
- acidulantes,
- amaciantes industriais,
- produtos corrosivos com pH extremo,
- e instalação/manutenção de **dosador automatizado**.

Além disso, a empresa **não apresentou qualquer documento que comprove essa experiência dentro do prazo de 2 horas**, conforme exigido no certame.

---

### **II – DA IMPOSSIBILIDADE DE ACEITAR ATESTADO GENÉRICO**

1. “Materiais correlatos e produtos para saúde” **NÃO** incluem saneantes hospitalares

Segundo definição da ANVISA, “produtos para saúde” abrangem:

- dispositivos médicos,
- materiais hospitalares,
- correlatos não medicamentosos.



**Não abrange saneantes químicos**, detergentes de uso industrial, produtos corrosivos, hipoclorito ou qualquer insumo de lavanderia hospitalar.

Portanto, o atestado apresentado é **genérico, amplo e não atende à especificidade exigida no edital**.

---

### III – DO EDITAL: EXIGÊNCIA DE PRODUTOS SIMILARES

O item 9.11 do edital é direto:

“Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos **similares**, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ao objeto.”

O atestado da CLEAN MED NÃO comprova:

- fornecimento de saneantes,
- fornecimento de produtos químicos corrosivos,
- fornecimento de itens de lavanderia hospitalar,
- experiência com produtos de pH extremo,
- ou qualquer compatibilidade com o Lote 01.

Logo, a exigência **não foi cumprida**.

---

### IV – JURISPRUDÊNCIA DO TCU: ATESTADO TEM QUE SER ESPECÍFICO

O Tribunal de Contas da União é categórico:

[Acórdão 2622/2013 – Plenário](#)

“É indispensável que o atestado demonstre experiência **compatível** com o objeto.”

[Acórdão 1035/2019 – Plenário](#)

“Atestado genérico NÃO supre o requisito de capacidade técnica.”

A expressão “correlatos” é **expressamente rejeitada pelo TCU** por ser vaga e não demonstrar efetiva equivalência técnica.



## V – DA IMPOSSIBILIDADE DE SUPRIR LACUNAS POR HISTÓRICO ANTIGO

O pregoeiro ainda argumentou que a CLEAN MED venceu licitação de saneantes em 2023 e forneceu adequadamente.

Esse argumento é juridicamente inválido.

- ✓ Cada licitação é independente
- ✓ Habilitação deve ser comprovada neste certame
- ✓ Histórico de fornecimentos anteriores não substitui atestado exigido

TCU – Acórdão 1793/2011 – Plenário  
“O histórico da empresa não supre a ausência de documentos de habilitação exigidos no edital.”

TCU – Acórdão 2731/2015 – Plenário  
“A Administração não pode presumir capacidade técnica; deve estar comprovada documentalmente.”

Portanto, o pregão de 2023 **não supre a falta de atestado compatível em 2025.**

---

## VI – DA ILEGALIDADE DA PRESUNÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Administração está vinculada ao **conteúdo objetivo do documento apresentado.**

Ela **não pode interpretar, ampliar ou presumir** que:

“materiais correlatos” = saneantes hospitalares.

Tal presunção viola:

- **Princípio do Julgamento Objetivo (art. 5º da Lei 14.133/21)**
- **Princípio da Vinculação ao Edital (art. 17, §1º da Lei 14.133/21)**
- **Súmula 263 do TCU** (proibição de interpretação ampliativa em desfavor da competição)



## VII – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

1. **A rejeição do atestado apresentado pela CLEAN MED**, por ser genérico e não compatível com o objeto do Lote 01.
2. **A inabilitação da empresa**, por não comprovar aptidão técnica conforme item 9.11.
3. **O retorno à fase de habilitação**, com a reclassificação das licitantes.

---

## VIII – CONCLUSÃO

A aceitação do atestado da CLEAN MED viola:

- o edital,
- a Lei 14.133/21,
- a jurisprudência do TCU,
- e compromete a isonomia entre as empresas.

Assim, este recurso **deve ser acolhido**, com a consequente **inabilitação** da empresa primeira colocada.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 15 de novembro de 2025.

**WELTEN COMERCIAL LTDA**

**RONAN DA SILVA DRUMOND**  
C.I: MG 5630721 - CPF: 628.160.556-04

*Igor Velten*

**IGOR VELTEN BARBOSA DRUMOND**  
C.I: MG 14380709 - CPF: 123.977546-65

